



# CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ

*Casa Santino Cavalcanti*

Ofício Nº 35\2024  
2024.

Quipapá, 02 de abril de


Ilmo. Sr. Cristiano Lira Martins  
M.D. Ex Prefeito do Município

**NOTIFICAÇÃO:** Notificação para Apresentar Defesa Relativa a Prestação de Conta ao Exercício Financeiro de 2020.

Cumprimento Vossa Senhoria, vimos através deste notifica-lo para que apresente defesa relativa a prestação de conta do exercício financeiro de 2020 da Prefeitura Municipal de Quipapá, referente ao processo TCE-PE Nº 21100521-6.

Sendo o que dispomos para o momento, renovamos os laços de estima consideração.

Atenciosamente,

Incluído em 02/04/24  


  
Alexandre Marques Brasil

Presidente



35ª SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA CÂMARA REALIZADA EM 09/11/2023

**PROCESSO TCE-PE Nº 21100521-6**

**RELATOR: CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR**

**MODALIDADE - TIPO:** Prestação de Contas - Governo

**EXERCÍCIO:** 2020

**UNIDADE(S) JURISDICIONADA(S):** Prefeitura Municipal de Quipapá

**INTERESSADOS:**

CRISTIANO LIRA MARTINS

LUIZ CAVALCANTI DE PETRIBU NETO (OAB 22943-PE)

**ORGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA**

**PRESIDENTE DA SESSÃO: CONSELHEIRO RODRIGO NOVAES**

**PARECER PRÉVIO**

CONTAS DE GOVERNO. REPASSE DO DUODÉCIMO FORA DO PRAZO. REPASSE DO DUODÉCIMO A MENOR. ALÍQUOTAS PREVIDENCIÁRIAS. PARECER PRÉVIO. REJEIÇÃO.

1. Repasse de duodécimos para o Poder Legislativo após o dia 20, podendo restar configurado crime de responsabilidade, nos termos do inciso II do parágrafo 2º do art. 29-A da Constituição Federal, ;
2. Repasse de duodécimos para o Poder Legislativo a menor, podendo restar configurado crime de responsabilidade, nos termos do inciso III do parágrafo 2º do art. 29-A da Constituição Federal;
3. Alíquota dos servidores /aposentados/pensionistas, vinculados ao RPPS, em desacordo com o estabelecido no § 4º, do art. 9º, da EC nº 103/19.



Decidiu, à unanimidade, a SEGUNDA CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco em sessão Ordinária realizada em 09/11/2023,

**Cristiano Lira Martins:**

**CONSIDERANDO** o Relatório de Auditoria e a peça de defesa apresentada;

**CONSIDERANDO** que a Prefeitura Municipal de Quipapá repassou a título de duodécimo **R\$ 518.260,00** após o dia 20 de cada mês, o equivalente a **26,49%** do total a ser repassado em 2020, contrariando o art. 29-A, § 2º, *inciso* II, da Constituição Federal, prática esta classificada como crime de responsabilidade, item 4 do Relatório de Auditoria;

**CONSIDERANDO** que a Prefeitura Municipal de Quipapá fez o repasse a menor a título de duodécimo para o Poder Legislativo Municipal, repassou a menos **R\$ 88.279,14**, o equivalente a **4,32%** do total a que deveria ser repassado em 2020, contrariando o art. 29-A, § 2º, *inciso* III, da Constituição Federal, prática também classificada como crime de responsabilidade, item 4 do Relatório de Auditoria;

**CONSIDERANDO** que o Município não adotou/implantou a alíquota da contribuição dos servidores/aposentados/pensionistas, nos termos determinados no § 4º, do art. 9º, da EC nº 103/19, item 8.3 do Relatório de Auditoria;

**CONSIDERANDO** o disposto nos artigos 70 e 71, inciso I, combinados com o artigo 75, bem como com os artigos 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal e o artigo 86, § 1º, da Constituição de Pernambuco ;

**EMITIR Parecer Prévio** recomendando à Câmara Municipal de Quipapá a **rejeição** das contas do(a) Sr(a). Cristiano Lira Martins, relativas ao exercício financeiro de 2020.

**DETERMINAR**, com base no disposto no artigo 69 combinado com o artigo 70, inciso V, ambos da Lei Estadual nº 12.600/2004, ao atual gestor do(a) Prefeitura Municipal de Quipapá, ou quem vier a sucedê-lo, que atenda, nos prazos indicados, se houver, as medidas a seguir relacionadas :

1. Efetuar o repasse a título de duodécimo para o Poder Legislativo nos termos da legislação pertinente ao assunto;





2. Elaborar a LOA, nos termos da legislação pertinente ao assunto, notadamente na fixação do limite para abertura de créditos adicionais;
3. Adotar/implantar as alíquotas previdenciárias dos servidores /aposentados/pensionistas, por meio de lei, nos termos determinada na EC nº 103/19, caso o Município não tenha criado/implantado as alíquotas nos exercícios de 2021, 2022 e 2023;
4. Elaborar a programação financeira e o cronograma mensal de desembolsos de forma eficiente de modo a disciplinar o fluxo de caixa, visando o controle do gasto público, frente a eventuais frustrações na arrecadação, de modo a realizar a execução orçamentária de forma superavitária;

**RECOMENDAR**, com base no disposto no artigo 69, parágrafo único da Lei Estadual nº 12.600/2004, ao atual gestor do(a) Prefeitura Municipal de Quipapá, ou a quem o suceder, que atenda as medidas a seguir relacionadas:

1. Adotar medidas de controle com a finalidade de evitar a realização de despesas com recursos orçamentários do FUNDEB sem lastro financeiro;
2. Que a Prefeitura Municipal de Quipapá elabore os demonstrativos contábeis nos termos da legislação pertinente ao assunto, notadamente NBCASP, PCASP, DCASP e MCASP, com vistas a atender os padrões contábeis exigidos pela Contabilidade Pública;
3. Realizar um eficiente controle contábil de fontes/aplicação de recursos, nos termos da legislação pertinente ao assunto;
4. Atender todas as exigências da Lei Complementar nº 131 /2009, o conjunto de informações exigido na LRF, na Lei nº 12.527/2011 (LAI) e na Constituição Federal, no tocante ao nível de Transparência do Município;
5. Evitar a inscrição em restos a pagar processados e não processados sem disponibilidade financeira, nos termos da legislação pertinente ao assunto;
6. Realizar a transição municipal, nos termos dos normativos legais.

**DETERMINAR**, por fim, o seguinte:



À Diretoria de Controle Externo:

1. Que a DEX, por meio de seus órgãos fiscalizadores, verifique, nas auditorias/inspeções que se seguirem, o cumprimento das presentes determinações, destarte zelando pela efetividade das deliberações desta Casa.

À Diretoria de Plenário:

1. Que a Diretoria de Plenário encaminhe os autos para o Ministério Público de Contas para enviar cópias, em meio eletrônico, ao Ministério Público Estadual, da documentação pertinente à falha descrita no item 4 do Relatório de Auditoria.

Presentes durante o julgamento do processo:

CONSELHEIRO RODRIGO NOVAES , Presidente da Sessão :  
Acompanha

CONSELHEIRO DIRCEU RODOLFO DE MELO JÚNIOR , relator do  
processo

CONSELHEIRO CARLOS NEVES : Acompanha

Procuradora do Ministério Público de Contas: MARIA NILDA DA SILVA





# CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ

*Casa Santino Cavalcanti*

## PARECER Nº 03/2024 COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Os membros da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Quipapá, Estado de Pernambuco, adiante subscritos, reuniram-se para analisar e emitir parecer sobre a Prestação de contas de governo da Prefeitura Municipal de Quipapá, exercício 2020, possuindo como interessado o Sr. Cristiano Lira Martins.

De início, cumpre-nos analisar a estrita legalidade do procedimento em testilha. Vejamos. Recebido o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, fora o interessado devidamente notificado pessoalmente de todo o teor do parecer do TCE/PE, sendo-lhe concedido o prazo regimental para apresentação de Defesa.

Nessa esteira, dentro do prazo legal, o defendente, através de seu advogado regularmente constituído, através de instrumento procuratório acostado aos autos, apresentou Defesa Prévia apontando os argumentos fáticos e jurídicos pelos quais entende que o parecer prévio do TCE deveria ser desconsiderado e, ao cabo, pugnou pela aprovação das contas, julgando-as regular.

Pois bem, devemos, por imperioso normativo, elencar os pontos irregulares apontados pelo TCE e o contraponto apontado pela defesa para elaboração de parecer, com os critérios técnicos necessários a justa conclusão do parecer.

CONSIDERANDO o Relatório de Auditoria;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Quipapá repassou a título de duodécimo R\$ 518.260,00 após o dia 20 de cada mês, o equivalente a 26,49% do total a ser repassado em 2020, contrariando o art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, prática está classificada como crime de responsabilidade, item 4 do Relatório de Auditoria;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Quipapá fez o repasse a menor a título de duodécimo para o Poder Legislativo Municipal, repassou a menos R\$ 88.279,14, o equivalente a 4,32% do total a que deveria ser repassado em 2020,



# CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ

*Casa Santino Cavalcanti*

contrariando o art. 29-A, § 2º, inciso III, da Constituição Federal, prática também classificada como crime de responsabilidade, item 4 do Relatório de Auditoria;

CONSIDERANDO que o Município não adotou/implantou a alíquota da contribuição dos servidores/aposentados/pensionistas, nos termos determinado no § 4º, do art. 9º, da EC nº 103/19, item 8.3 do Relatório de Auditoria;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 70 e 71, inciso I, combinados com o artigo 75, bem como com os artigos 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal e o artigo 86, § 1º, da Constituição de Pernambuco;

EMITIR Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Quipapá a rejeição das contas do(a) Sr(a). Cristiano Lira Martins, Prefeito, relativas ao exercício financeiro de 2020.

Por seu turno, a defesa discorreu, com maestria, sobre a legalidade das contas, rebatendo, ponto a ponto, os elementos descritos pelo parecer prévio.

Falou, sobre os repasses à câmara de Vereadores, abordando adequadamente, que tal repasse a menor, não configura crime algum de responsabilidade do Prefeito, ainda juntou diversos julgados do Tribunal de Contas Estadual, em que comprova que a referida corte não rejeita prestações de contas por atrasos nos repasses do duodécimo, rogando por sua aprovação.

Acerca das alíquotas de contribuição, a defesa demonstrou de maneira clara, que não houve o tempo hábil para que o Município conseguisse realizar tais adequações, optando o interessado em se utilizar do prazo final dado pela Emenda Constitucional, para que a população do Município não fosse afetada de maneira negativa.

Assiste razão ao defendente, na medida em que todos os pontos importantes elencados pela Corte de Contas foram devidamente analisados na peça de defesa, demonstrando, irrefutavelmente, a legalidade das contas.





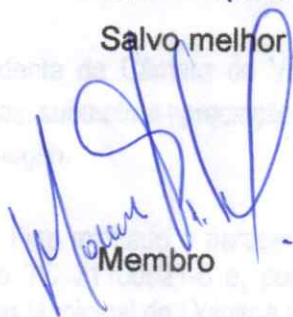
# CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ

*Casa Santino Cavalcanti*

Destarte, opina essa comissão pela rejeição do Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, aprovando as contas de governo do Sr. Cristiano Lira Martins, referente ao exercício financeiro de 2020.

Este é o parecer.

Salvo melhor juízo do Soberano Plenário



Membro



Presidente



Relator





# **CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ**

*Casa Santino Cavalcanti*

## **PROJETO DE RESOLUÇÃO 003/2024**

"REJEITA O PARECER TÉCNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PROCESSO TC 21100521-6 E, POR CONSEQUINTE, APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE QUIPAPÁ RELATIVO AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020"


O Presidente da Câmara de Vereadores de Quipapá, no uso das atribuições que lhes são conferidas, submete a apreciação do Plenário da Câmara Municipal de Quipapá o seguinte projeto de Resolução.

Art. 1º - Fica rejeitado o parecer técnico do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no processo TC 21100521-6 e, por consequente, APROVADA a prestação de contas do Poder Executivo Municipal de Quipapá relativo ao exercício financeiro de 2020.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Quipapá-PE, 17 de abril de 2024.

  
**ALEXANDRE MARQUES BRASIL**  
Presidente



# **CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ**

*Casa Santino Cavalcanti*

## **RESOLUÇÃO 003/2024**

"REJEITA O PARECER TÉCNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO NO PROCESSO TC 21100521-6 E, POR CONSEQUINTE, APROVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE QUIPAPÁ RELATIVO AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020"


O Presidente da Câmara de Vereadores de Quipapá, no uso das atribuições que lhes são conferidas, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal de Quipapá aprovou e sancionou a seguinte Resolução.

Art. 1º - Fica rejeitado o parecer técnico do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no processo TC 21100521-6 e, por conseguinte, APROVADA a prestação de contas do Poder Executivo Municipal de Quipapá relativo ao exercício financeiro de 2020.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Quipapá-PE, 17 de abril de 2024.

  
**ALEXANDRE MARQUES BRASIL**  
Presidente





# CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ

*Casa Santino Cavalcanti*

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ  
PERNAMBUCO**

Eu, MARIA DE LOURDES DE MORAIS FERREIRA SANTOS, nesta sessão realizada em 17/04/2024, após análise minuciosa do processo TCE-PE N° 21100521-6 em questão que trata de prestação de contas do Município de Quipapá do exercício de 2020 e considerando os argumentos apresentados, manifesto meu voto pelo acolhimento da defesa prévia e pela rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.

Baseio minha decisão nos seguintes fundamentos:

A defesa prévia apresentada demonstra de forma clara e consistente a refutação dos pontos levantados no relatório da auditoria, atacando ponto a ponto as supostas irregularidades apontadas pelo relatório, deixando claro e evidente que não houve irregularidade nas contas do Município de Quipapá do exercício de 2020.

Os argumentos e evidências apresentados na defesa prévia são convincentes e fornecem uma justificativa sólida para rejeitar as conclusões do parecer prévio.

Entendo que acolher a defesa prévia é a decisão mais justa e equitativa, considerando a plausibilidade dos argumentos apresentados e a importância de garantir o devido processo legal, o direito à defesa.

Portanto, voto favoravelmente ao acolhimento da defesa prévia e à rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas.

Atenciosamente,

*Maria de Lourdes de Moraes Ferreira Santos*  
MARIA DE LOURDES DE MORAIS FERREIRA SANTOS

Vereador do Município de Quipapá



# CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ

*Casa Santino Cavalcanti*

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ  
PERNAMBUCO**

Eu, EUGENIO RODRIGUES DE SIQUEIRA, nesta sessão realizada em 17/04/2024, após análise minuciosa do processo TCE-PE Nº 21100521-6 em questão que trata de prestação de contas do Município de Quipapá do exercício de 2020 e considerando os argumentos apresentados, manifesto meu voto pelo acolhimento da defesa prévia e pela rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.

Baseio minha decisão nos seguintes fundamentos:

A defesa prévia apresentada demonstra de forma clara e consistente a refutação dos pontos levantados no relatório da auditoria, atacando ponto a ponto as supostas irregularidades apontadas pelo relatório, deixando claro e evidente que não houve irregularidade nas contas do Município de Quipapá do exercício de 2020.

Os argumentos e evidências apresentados na defesa prévia são convincentes e fornecem uma justificativa sólida para rejeitar as conclusões do parecer prévio.

Entendo que acolher a defesa prévia é a decisão mais justa e equitativa, considerando a plausibilidade dos argumentos apresentados e a importância de garantir o devido processo legal, o direito à defesa.

Portanto, voto favoravelmente ao acolhimento da defesa prévia e à rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas.

Atenciosamente,

EUGENIO RODRIGUES DE SIQUEIRA  
Vereador do Município de Quipapá





# CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ

*Casa Santino Cavalcanti*

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ  
PERNAMBUCO**

Eu, CELSO DE AZEVEDO FERREIRA JUNIOR, nesta sessão realizada em 17/04/2024, após análise minuciosa do processo TCE-PE Nº 21100521-6 em questão que trata de prestação de contas do Município de Quipapá do exercício de 2020 e considerando os argumentos apresentados, manifesto meu voto pelo acolhimento da defesa prévia e pela rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.

Baseio minha decisão nos seguintes fundamentos:

A defesa prévia apresentada demonstra de forma clara e consistente a refutação dos pontos levantados no relatório da auditoria, atacando ponto a ponto as supostas irregularidades apontadas pelo relatório, deixando claro e evidente que não houve irregularidade nas contas do Município de Quipapá do exercício de 2020.

Os argumentos e evidências apresentados na defesa prévia são convincentes e fornecem uma justificativa sólida para rejeitar as conclusões do parecer prévio.

Entendo que acolher a defesa prévia é a decisão mais justa e equitativa, considerando a plausibilidade dos argumentos apresentados e a importância de garantir o devido processo legal, o direito à defesa.

Portanto, voto favoravelmente ao acolhimento da defesa prévia e à rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas.

Atenciosamente,

  
CELSO DE AZEVEDO FERREIRA JUNIOR  
Vereador do Município de Quipapá



# CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ

*Casa Santino Cavalcanti*

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ  
PERNAMBUCO**

Eu, LINDALVA TRAJANO DA SILVA SOUZA, nesta sessão realizada em 17/04/2024, após análise minuciosa do processo TCE-PE Nº 21100521-6 em questão que trata de prestação de contas do Município de Quipapá do exercício de 2020 e considerando os argumentos apresentados, manifesto meu voto pelo acolhimento da defesa prévia e pela rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.

Baseio minha decisão nos seguintes fundamentos:

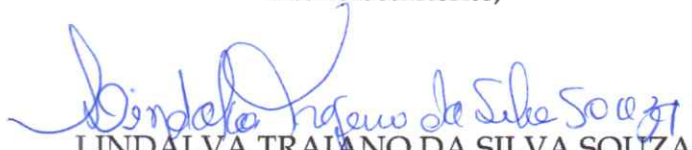
A defesa prévia apresentada demonstra de forma clara e consistente a refutação dos pontos levantados no relatório da auditoria, atacando ponto a ponto as supostas irregularidades apontadas pelo relatório, deixando claro e evidente que não houve irregularidade nas contas do Município de Quipapá do exercício de 2020.

Os argumentos e evidências apresentados na defesa prévia são convincentes e fornecem uma justificativa sólida para rejeitar as conclusões do parecer prévio.

Entendo que acolher a defesa prévia é a decisão mais justa e equitativa, considerando a plausibilidade dos argumentos apresentados e a importância de garantir o devido processo legal, o direito à defesa.

Portanto, voto favoravelmente ao acolhimento da defesa prévia e à rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas.

Atenciosamente,

  
LINDALVA TRAJANO DA SILVA SOUZA  
Vereador do Município de Quipapá





# CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ

*Casa Santino Cavalcanti*

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ  
PERNAMBUCO**

Eu, MARCELO RIBEIRO SOBRINHO, nesta sessão realizada em 17/04/2024, após análise minuciosa do processo TCE-PE N° 21100521-6 em questão que trata de prestação de contas do Município de Quipapá do exercício de 2020 e considerando os argumentos apresentados, manifesto meu voto pelo acolhimento da defesa prévia e pela rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.

Baseio minha decisão nos seguintes fundamentos:

A defesa prévia apresentada demonstra de forma clara e consistente a refutação dos pontos levantados no relatório da auditoria, atacando ponto a ponto as supostas irregularidades apontadas pelo relatório, deixando claro e evidente que não houve irregularidade nas contas do Município de Quipapá do exercício de 2020.

Os argumentos e evidências apresentados na defesa prévia são convincentes e fornecem uma justificativa sólida para rejeitar as conclusões do parecer prévio.

Entendo que acolher a defesa prévia é a decisão mais justa e equitativa, considerando a plausibilidade dos argumentos apresentados e a importância de garantir o devido processo legal, o direito à defesa.

Portanto, voto favoravelmente ao acolhimento da defesa prévia e à rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas.

Atenciosamente,

MARCELO RIBEIRO SOBRINHO  
Vereador do Município de Quipapá



# CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ

*Casa Santino Cavalcanti*

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ  
PERNAMBUCO**

Eu, ODAIR MARCOS DE LUCENA, nesta sessão realizada em 17/04/2024, após análise minuciosa do processo TCE-PE N° 21100521-6 em questão que trata de prestação de contas do Município de Quipapá do exercício de 2020 e considerando os argumentos apresentados, manifesto meu voto pelo acolhimento da defesa prévia e pela rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.

Baseio minha decisão nos seguintes fundamentos:

A defesa prévia apresentada demonstra de forma clara e consistente a refutação dos pontos levantados no relatório da auditoria, atacando ponto a ponto as supostas irregularidades apontadas pelo relatório, deixando claro e evidente que não houve irregularidade nas contas do Município de Quipapá do exercício de 2020.

Os argumentos e evidências apresentados na defesa prévia são convincentes e fornecem uma justificativa sólida para rejeitar as conclusões do parecer prévio.

Entendo que acolher a defesa prévia é a decisão mais justa e equitativa, considerando a plausibilidade dos argumentos apresentados e a importância de garantir o devido processo legal, o direito à defesa.

Portanto, voto favoravelmente ao acolhimento da defesa prévia e à rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas.

Atenciosamente,

ODAIR MARCOS DE LUCENA  
Vereador do Município de Quipapá





# CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ

*Casa Santino Cavalcanti*

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ  
PERNAMBUCO**

Eu, JOSÉ ELIAS DA SILVA, nesta sessão realizada em 17/04/2024, após análise minuciosa do processo TCE-PE Nº 21100521-6 em questão que trata de prestação de contas do Município de Quipapá do exercício de 2020 e considerando os argumentos apresentados, manifesto meu voto pelo acolhimento da defesa prévia e pela rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.

Baseio minha decisão nos seguintes fundamentos:

A defesa prévia apresentada demonstra de forma clara e consistente a refutação dos pontos levantados no relatório da auditoria, atacando ponto a ponto as supostas irregularidades apontadas pelo relatório, deixando claro e evidente que não houve irregularidade nas contas do Município de Quipapá do exercício de 2020.

Os argumentos e evidências apresentados na defesa prévia são convincentes e fornecem uma justificativa sólida para rejeitar as conclusões do parecer prévio.

Entendo que acolher a defesa prévia é a decisão mais justa e equitativa, considerando a plausibilidade dos argumentos apresentados e a importância de garantir o devido processo legal, o direito à defesa.

Portanto, voto favoravelmente ao acolhimento da defesa prévia e à rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas.

Atenciosamente,

JOSÉ ELIAS DA SILVA  
Vereador do Município de Quipapá



# CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ

*Casa Santino Cavalcanti*

**EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ  
PERNAMBUCO**

Eu, ALEXANDRO MARQUES BRASIL, nesta sessão realizada em 17/04/2024, após análise minuciosa do processo TCE-PE N° 21100521-6 em questão que trata de prestação de contas do Município de Quipapá do exercício de 2020 e considerando os argumentos apresentados, manifesto meu voto pelo acolhimento da defesa prévia e pela rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas.

Baseio minha decisão nos seguintes fundamentos:

A defesa prévia apresentada demonstra de forma clara e consistente a refutação dos pontos levantados no relatório da auditoria, atacando ponto a ponto as supostas irregularidades apontadas pelo relatório, deixando claro e evidente que não houve irregularidade nas contas do Município de Quipapá do exercício de 2020.

Os argumentos e evidências apresentados na defesa prévia são convincentes e fornecem uma justificativa sólida para rejeitar as conclusões do parecer prévio.

Entendo que acolher a defesa prévia é a decisão mais justa e equitativa, considerando a plausibilidade dos argumentos apresentados e a importância de garantir o devido processo legal, o direito à defesa.

Portanto, voto favoravelmente ao acolhimento da defesa prévia e à rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas.

Atenciosamente,

  
ALEXANDRO MARQUES BRASIL  
Vereador do Município de Quipapá



# CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ

*Casa Santino Cavalcanti*

## VOTO APARTADO

Vereadora Rosely Dias de Lucena

**Assunto:** Prestação de Contas da gestão do Prefeito Cristiano Martins dos 2018, 2019 e 2020.

Meu voto é de acordo ao recomendado pelo Tribunal de Contas e reprovoo o parecer da comissão de finanças e orçamento da Câmara de Vereadores de Quipapá, onde só foi me posicionado no dia da votação dia 17 de abril de 2024, sendo posto em ordem do dia no mesmo dia, onde ao vê infringi o regimento interno da casa e em razão do relatado abaixo reprovoo as contas do ex prefeito Cristiano Martins referente aos anos de 2018, 2019 e 2020.

### - Exercício de 2018:

- O município realizou despesas em volume superior a arrecadação de receitas no valor de R\$ 5.703.171,94;
- Recolheu à menor as contribuições ao INSS, deixando de repassar R\$ 1.115.283,84;
- Deixou de repassar ao QUIPAPAPREV R\$ 23.352,44 referente a servidores e R\$ 2.131,38 referente a patronal;
- Repasse à menor do duodécimo.

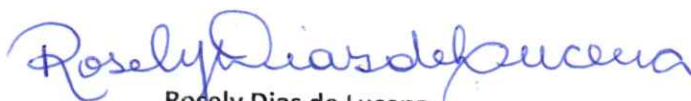
### - Exercício de 2019:

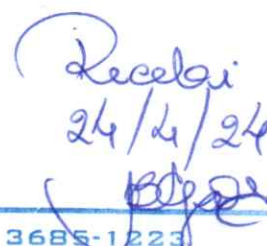
- Repasse à menor ao INSS no valor de R\$ 52.022,90 referente a servidores e R\$ 751.874,41 referente a patronais;
- DEFICT na previdência própria de R\$ 804.897,86
- Descumprir o limite mínimo de 25% que deveria ter sido gasto com educação.

### - Exercício de 2020:

- Duodécimo repassado fora do prazo, após o dia 20 de cada mês;
- Repasse do duodécimo a menor no valor de R\$ 88.279,14.

QUIPAPÁ, 17 DE ABRIL DE 2024.

  
Rosely Dias de Lucena  
Vereadora

  
Recebido  
24/4/24



Câmara Municipal de Guipapá, em 10 de abril de 2024. Em Tempo: O Vereador Marcelo Ribeiro Sobrinho repete por mais de uma vez o nome da Vereadora Rosely Dias de ~~Pereira~~ mandando ela parar de sair.

~~Assinatura~~

~~Assinatura~~

~~Assinatura~~

~~Assinatura~~

~~Assinatura~~

~~Assinatura~~

Ata da 10ª Reunião Ordinária do 1º Período Legislativo do dia 17 de abril de 2024.

Presentes os Vereadores:

Alexandro Marques Brasil  
 Lindalva Trajano da Silva Souza  
 Celso de Aguiar Ferreira Júnior  
 Marcelo Ribeiro Sobrinho  
 Eugênio Rodrigues de Siqueira  
 Maria de Lourdes de Jesus Ferreira Santos  
 Rodrigo Sales de Lima  
 José Elias da Silva  
 Odair Marcos de Lucena  
 Rosely Dias de Lucena  
 João Batista Brasil dos Santos

por 14 (dezesete) dias do mês de abril de



2024 (dois mil e vinte e quatro) no prédio da Câmara Municipal localizada à Praça Dr. Fernando Passa de Jello, 138 nesta cidade de Quipopá, Estado de Pernambuco às 9:00 hrs. teve início a 10ª (décima) Reunião Ordinária no 1º turno do legislativo. Sendo composta a Mesa Diretora Presidente - Alexandra Marques Brasil; Vice-Presidente - Rindolva Trajano da Silva Souza; 1º Secretário - Celso de Agostinho Ferreira Júnior; 2º Secretário - Marcelo Ribeiro Sobrinho. O Presidente verificando o livro de presença constatou o comparecimento de todos Vereadores. E pediu os convidados a ficarem de pé e em nome de Deus e com a leitura de um versículo bíblico que diz: "O Senhor é a minha luz e a minha salvação, a quem temerei? O Senhor é a força da minha vida; de quem me recearei?" Salmo c. 27, 1. Em seguida solicitou os Secretários a fazer a leitura da ata anterior que conforme foi posta em discussão do Plenário. Sendo lida aprovada por unanimidade dos presentes. Ordem do dia: Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Resolução nº 01/24, relativa as prestação de contas do Ex-Gestor Municipal, Cristiano Pires Martins referente ao Exercício Financeiro de 2018 Processo TCE nº 19100365-7. Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Resolução nº 02/2024, relativa as prestação de contas do Ex-Gestor Municipal, Cristiano Pires Martins, referente ao Exercício Financeiro de 2019 Processo TC



nº 20100400-8. Paracer da Lançamento de Fi-  
 nancas e Documento no Projeto de Resolução  
 nº 03/2024, referente as Prestação de Contas  
 do Ex-Gestor Municipal Cristiano Riva  
 Martins, referente ao Exercício Financeiro  
 de 2020 Processo TCE nº 21100521-6. Defesa  
 apresentada por Petribu Simões, Advogado  
 Associados, aos processos TC no julgamento  
 as Prestação de Contas dos Exercícios Fi-  
 nanceiro de 2018, 2019 e 2020. Ofício nº 026/  
 2024 da Prefeitura Municipal de Guipapá  
 pedindo a retirada do Projeto de Lei nº  
 003/2024, referente ao Riso Salarial dos Pro-  
 fessores Efetivos da rede Municipal de En-  
 sino. Concluída a leitura da Ordem do dia  
 o Presidente coloca em votação o Projeto de  
 Resolução nº 001/2024 que rejeita o Parecer  
 Técnico do Tribunal de Contas do Estado  
 de Pernambuco no Processo TCE 19100365-7  
 e, por consequente, aprova a prestação  
 de Contas de Poder Executivo Municipal  
 de Guipapá relativo ao Exercício Finan-  
 ceiro de 2018. Sendo sido aprovado por 8x3.  
 Sendo os votos favoráveis os Vereadores: Eu-  
 gênio Rodrigues de Siqueira, Maria de Bon-  
 des de Moraes Ferreira Santa, José Elias da  
 Silva, Idalir Macedo de Paucena, Rindalva  
 Trajano da Silva Souza, Elso de Agostinho  
 Ferreira Júnior, Alexandre Marques Brasil  
 e Marcelo Ribeiro Sobrinho. Votaram con-  
 tra o Projeto de Resolução nº 003/2024 os  
 Vereadores: Rodrigo Sales de Lima, João  
 Batista Brasil dos Santos e Rosely Dias  
 de Paucena. Em continuidade o Presidente



coloca em votação o Projeto de Resolução nº 002/2024 que rejeita o Parecer Técnico do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no processo PE 20100400-8 e, por consequente, aprova a prestação de contas do Poder Executivo Municipal de Quipapá relativo ao Exercício Financeiro de 2019. Tendo sido aprovada por 8 x 3. Dando voto favorável os Vereadores: Eugênio Rodrigues de Siqueira, Maria de Paúdes de Moraes Ferreira Santos, José Elias da Silva, Idair Marcos de Pucena, Rindalva Trajano da Silva Souza, Celso de Agostinho Ferreira Júnior, Marcelo Ribeiro Sobrinho e Alexandre Marques Brasil. Com voto contrário dos Vereadores: Rodrigo Sales de Lima, Rosely Dias de Pucena e João Batista Brasil dos Santos. Com continuidade coloca em votação o projeto de Resolução nº 003/2024 que rejeita o Parecer Técnico do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no processo PE 01300521-6 e, por consequente, aprova a prestação de contas do Poder Executivo Municipal de Quipapá relativo ao Exercício Financeiro de 2020. Tendo sido aprovada por 8 x 3. Com voto favorável dos Vereadores: Eugênio Rodrigues de Siqueira, Maria de Paúdes de Moraes Ferreira Santos, José Elias da Silva, Idair Marcos de Pucena, Rindalva Trajano da Silva Souza, Celso de Agostinho Ferreira Júnior, Alexandre Marques Brasil, Marcelo Ribeiro Sobrinho. Votos contrários dos Vereado-



res; Rodrigo Sales de Lima, Rosely Dias de Pucena e João Batista Brasil dos Santos. Concluída a votação, o Presidente facultou a palavra aos Vereadores. Tomando esta a Vereadora Rosely Dias de Pucena. Cumprimenta a todos e diz: Esta casa tem um Regimento Interno, que, por muitas vezes sem sendo descumprido. Exemplo, na Reunião da semana anterior houve uma agressão política contra a mulher. Nós devemos nos respeitar! e por diversas vezes o meu posicionamento foi desrespeitado. Como mulher, me senti agredida por essa casa... Já assinei a Lei de Denúncia da mulher de PE para que haja palestras com esse tema, para que tenhamos conhecimento sobre o que configura abuso, desrespeito, a mulher. São bem, sabe a votação que houve nesta casa hoje, pergunto... Como se vota em uma Prestação de contas que não passou por análise! desta casa? Como se aprova uma prestação de contas que foi rejeitada pelo Tribunal de Contas, onde constam desvio de dezauto milhões, e cidadãos quipapacense foram presos por essas demandas? Acredito que, consta o não repasse para o Quipapapros. Uma gestão que pagava a um Vereador de uma 300 reais mensais. Desde já, peço o cancelamento desta votação. Conclui. Em continuidade, o Presidente faz uso da palavra e diz: Respeito



o posicionamento da Vereadora Rosely  
Dias de Lucena, quanto a desrespeito  
que diz ter sofrido. Mas deixo aqui em  
minha defesa que fomos em 11 Vereado-  
res e de minha parte nunca faltei com  
respeito aos colegas. Concluindo a sua fala,  
colta a faculda a palavra, como desta  
ninguém quis mais fazer uso agradeceu  
a presença de todos e deu por encerrada  
a presente Sessão. Sala das Sessões San-  
tino Cavalcanti da Câmara Municipal  
de Itapipara, em 17 de abril de 2024.

Queim

~~Atença~~

El L.

~~17/4~~

Odair Moura de L

Daencena

Abreu

~~Abreu~~

Marcos de L





# **CÂMARA MUNICIPAL DE QUIPAPÁ**

*Casa Santino Cavalcanti*

## **CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**

Certificamos para os devidos fins, que fora publicado no Mural desta Casa de Leis, dando publicidade a todos os interessados, que o Projeto de Resolução n.º 01, 02 e 03 que REJEITA o Parecer Prévio do TCE/PE no Processo n.º 19100365-7 e Processo n.º 20100400-8 e Processo n.º 21100521-6 e por consequente aprova as Contas do Exercício Financeiro do ano de 2018, 2019 e 2020 do Município de Quipapá/PE que fora julgado pelo Plenário desta Casa e aprovado em votação por 8 (oito) votos a favor e 3 (três) votos contrário em Reunião Ordinária do dia 17 de abril do ano em curso.

Quipapá, em 18 de abril de 2024.



Maria Denise Barboza Campos

Servidora Legislativa